

OS SABERESFAZERES SOCIOAMBIENTAIS DAS PRÁTICAS DO CONGO DA BARRA DO JUCU, VILA VELHA-ES, E OS ATRAVESSAMENTOS COM AS REDES COTIDIANAS ESCOLARES E EM, OUTROS CONTEXTOS DE APRENDIZAGENS

Ana Paula Dias Pazzaglini Roldi, UFES.

INTRODUÇÃO

*Andara no mangue, andar na mata
Haaa, essa era a minha fárria
Que coisa boa ser criança aqui na barra
Andara no mangue, andar na mata
Haaa, essa era a minha fárria
Que coisa boa ser criança Capixaba*

Trecho da Toada de Congo “No Mangue Na Mata” (BANDA TAMBORES, 2009)

Este trabalho é o recorte de uma pesquisa de mestrado que esta sendo realizada em uma *escolacomunidade* do mágico e místico balneário da Barra do Jucu, localizado no Município de Vila Velha-ES. Este balneário abriga múltiplas redes de relações culturatureza, pois se insere em um ambiente atravessado pelo ecossistema manguezal, abriga o Parque Natural Municipal de Jacarenema (PNMJ), e tem o congo como símbolo e referência local.

Esta pesquisa traz um diálogo com a Educação Ambiental (EA) pós-colonial (MAULIN, 2012), menos utilitarista da natureza, que se inscreve nos *espaçostempos*¹ dos saberes e práticas culturais cotidianas da comunidade local, em uma relação mutualística *culturatureza*, sem dualismos.

Com inspirações em Santos (2007), traremos como problematizações da pesquisa a visão utilitarista da natureza e a tentativa de superação da racionalidade estético-expressiva manifestada nesta escolacomunidade, pelo poder público e por empresários que veem no Parque Natural Municipal de Jacarenema uma potencialidade para a exploração e o enriquecimento.

¹ Para Nilda Alves (2010), “juntar os termos, pluralizá-los, algumas vezes invertê-los, outras duplicá-los, foi a forma que conseguimos, até o presente, para mostrar como as dicotomias necessárias na invenção da ciência moderna têm se mostrado limitantes ao que precisamos criar para pesquisar nos/dos/com os cotidianos”.

Convidamos para ouvirem os tambores de congo que soam neste balneário, como forma de resistência à exploração exaustiva dos ecossistemas locais. Abordaremos as questões socioambientais trabalhadas nas oficinas de congo que acontecem na escola municipal do Bairro Barra do Jucu, e o envolvimento das bandas locais com as manifestações ambientais.

Inspiraremos-nos na metodologia da *Pesquisa narrativa em EA* (MARTHA, 2012) com os cotidianos (CERTEAU, 1994; ALVES, 2001; FERRAÇO, 2001), com aproximações das ideias e conceitos de autores que compreendem as narrativas como construções culturais (HART, 2005) e como outra forma de fazer pesquisa em Educação Ambiental, para isso, traremos neste trabalho, uma abordagem filosófica (MARTHA, 2012) da pesquisa em Educação Ambiental, que se pautava no pressuposto da indissociabilidade entre sujeito e objeto e da não neutralidade do pesquisador praticante.

O objetivo deste ensaio é de Problematizar² os saberes-fazer socioambientais das práticas do Congo do bairro Barra do Jucu e os atravessamentos com as redes cotidianas escolares e em, outros contextos de aprendizagens.

JUSTIFICATIVA

O conhecimento e a reflexão da comunidade da Barra do Jucu com relação à importância social, cultural, biológica e econômica do ecossistema manguezal e do Parque Natural Municipal de Jacarenema, cresceram muito nos últimos anos. Observamos, contudo, que o hábito de jogar lixo no manguezal permanece arraigado nas pessoas, especialmente nas que residem em bairros que circundam esse ecossistema. Ao longo de anos de história, em que os nossos próprios governantes incentivavam o aterro dos manguezais com lixo, criou-se uma visão de que manguezal é sinônimo de sujeira. Será que os jovens têm conhecimento desses ecossistemas? Se não tiverem, como irão preservá-los?

Entendemos que uma das fragilidades na proteção dos ecossistemas naturais, está na existência de diferenças das percepções de valores e dos seus atravessamentos, entre

² Revel (2005) destaca que segundo Foucault “o termo problematização implica duas consequências. De um lado, o verdadeiro exercício crítico do pensamento se opõe à ideia de uma busca metódica da “solução”: a tarefa da filosofia não é, portanto, a de resolver – inclui-se: substituir uma solução por outra – mas a de “problematizar”, instaurando uma postura crítica e retomando os problemas. De outro lado, esse esforço de problematização não é um anti-reformismo ou um pessimismo relativista.

indivíduos de culturas diferentes, ou de grupos socioeconômicos que desempenham, nesses ambientes, funções sociais distintas.

Essas são questões problematizadoras que nos levam a refletir sobre os vários saberes ambientais que atravessam a vida de cada sujeito, e os significados que esses ecossistemas despertam em cada um, possivelmente um dos principais fatores que levam muitas pessoas a assumirem uma postura de degradação ao invés da postura de Preservação.

Diante disso, o desejo foi de acompanhar as redes dialógicas cultura-natureza que acontecem na escola-comunidade, como potência para as práticas discursivas, contribuindo com as produções de sentidos nos cotidianos, que são desinvisibilizados com a Educação Ambiental voltada para o princípio da sustentabilidade, tendo o congo como mediador dessas redes.

O PROBLEMA? “ESTÃO VENDENDO JACARENEMA”

O balneário da Barra do Jucu possui áreas muito cobiçadas pela especulação imobiliária e pela construção civil, os manguezais e seus fragmentos de restinga não foram poupados por condomínios residenciais, bares, restaurantes, por fábricas e por queimadas³ (Fig. 01), último artifício encontrado para a liberação, apropriação e construção nestas áreas.



Figura 01- Retrato do impacto da queimada.

Foto: TV gazeta/ES.

³ Em 05 de Janeiro de 2013 um grande incêndio, mais uma vez, atingiu o PNMJ, queimando o equivalente a 15 campos de futebol. O ambientalista e conselheiro da reserva reclamou do número de bombeiros que foram apagar as chamas e disse que o incêndio pode ter sido criminoso, já que a área é de grande interesse para a construção de empreendimentos.

Embora a Prefeitura municipal de Vila Velha (ES) tenha criado o Parque Natural Municipal de Jacarenema (Fig. 02) para proteger os fragmentos de restinga e o manguezal do rio Jucu, impressiona a impunidade com que essas residências e restaurantes se assentaram/assentam sobre eles, sem qualquer respeito a sua condição de área de preservação permanente.



Fig. 02- Parque Natural Municipal de Jacarenema.

Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Vila Velha

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), criado pela Lei nº 9985, de 18 de julho de 2000 e regulamentado em 22 de agosto de 2002 pelo Decreto nº 4340, define como unidade de conservação o “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo poder público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. Segundo o SNUC, as unidades de conservação dividem-se em dois grupos: unidades de proteção integral, em que é admitido apenas o uso indireto dos recursos naturais; e unidade de uso sustentável, que compatibilizam a conservação com o uso sustentável de parcela dos recursos naturais.

De acordo com a LEI Nº 4.999/10 que institui o código Municipal de Meio Ambiente do Município de Vila Velha, o Parque Natural Municipal de Jacarenema é classificado como uma unidade de proteção integral e tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas

naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

O que chama nossa atenção são os interesses e os jogos de poder que têm perpassado este parque, em 2011 o prefeito Neucimar Fraga, muda o Plano Diretor Urbano (PDU) através de audiências maquiadas diminuindo a área total do PNMJ e transformando áreas próximas em áreas industriais, e no seu governo é lançado o Projeto de Lei, nº286/2011, que tinha o objetivo de revogar a lei que criou a Reserva Ecológica de Jacarenema. O governador Renato Casagrande, neste mesmo ano já havia pedido a anulação da Lei 5.427/97, relativa à área ambiental, onde o Estado e o município preveem a sobreposição de Zonas de Interesse Turístico (ZIT).

Porém, após a realização de um seminário (2011) que discutiu os rumos do desenvolvimento em Vila Velha, realizado por entidades da sociedade civil e responsável por reunir mais de 200 participantes e representantes de 60 entidades para debater as alterações feitas no Plano Diretor Municipal (PDM), em Vila Velha, o governador recuou, solicitando a retirada do Projeto de Lei, nº286/2011.

As alterações aprovadas para o PDM, no dia 10 de agosto de 2011, tinham o objetivo de implantar na região dez zonas industriais e Zonas de Interesse Turístico – no caso, representadas por edificações horizontais e verticais para moradia – sob áreas de interesse ecológico.

Coincidência ou não, a pressão da população começa a fazer efeito. Segundo a comunidade, o PDM criado em 2007 foi estruturado a partir de 31 seminários regionais; 5 Fóruns regionais; 5 reuniões do Conselho Comunitário; rodadas com segmentos da sociedade civil organizada, enquanto as alterações aprovadas pela Câmara dos Vereadores, em julho deste ano, e sancionadas pelo prefeito Neucimar Fraga (PR) foram discutidas em menos de 30 dias (BERNARDES,2011).

Contra o PDU, o Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) ingressou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn), requerendo a suspensão do plano como foi aprovado, sem participação popular e fora do prazo previsto legalmente.

Os anos passam e as pressões para a exploração dos “recursos naturais” continuam. Os bens naturais são chamados de recursos, um termo utilitário que comercializa e precifica a natureza. Água é recurso hídrico, o lixo é resíduo sólido, a poluição do ar é mercado de carbono e suas cotas são negociadas em bolsas de valores. Diante desta racionalidade, a postura é de “o ambiente sempre me servir”, sua exploração é comum, sua reposição nem sempre, sua exaustão é a consequência, pois:

Se considerarmos que a história da ideia de natureza foi construída em cima de muitas interpretações narrativas, com uma ideia que foi, ao longo do tempo, promovendo uma racionalidade funcional, com um utilitarismo extremo entre as relações humanas colonizadoras e a natureza, podemos compreender os impactos ambientais de hoje (Martha, 2012).

O SOAR DOS TAMBORES COMO FORMA DE RESISTÊNCIA

Percebemos que a população do Balneário da Barra do Jucu cria resistências para toda essa politicagem, se manifestando através de pedalaços em torno do PNMJ, através do abraço a Jacarenema, demonstrando simbolicamente o interesse de “protegê-la” dos grandes impactos previstos no PDU de 2011, e da participação em encontros para a discussão sobre as questões ambientais locais.

A descida do Rio Jucu que acontece todos os anos no dia das águas, também é uma mobilização, uma resistência da comunidade, uma potência para sua desinvisibilização frente a este racionalismo científico. E o tambor sempre se faz presente nestas manifestações ambientais, ecoando esta resistência e a ligação da comunidade com a natureza.

As narrativas dos *sujeitos praticantes* engajados nas questões socioambientais e culturais da Barra do Jucu nos revelam a relação intrínseca construída historicamente entre o congo e os ecossistemas locais.

Os relatos dos mais antigos que acompanham/acompanham a trajetória do congo na Barra do Jucu é de que o congo teria chegado à Barra em 1950. O que potencializou esta chegada foram as barragens feitas nos rios impedindo o fluxo das canoas para chegarem e comercializarem na Vila Rubim, Município de Vitória-ES. As pessoas que tocavam congo moravam às margens do rio Jucu, em regiões ribeirinhas de Jaguarussu, Jabaeté, Caçaroca, e Itapuera. Eles sobreviviam da pesca e faziam permuta de mercadorias na Vila Rubim, porém

após a construção de barragens nos rios muitos migraram para as margens da rodovia a procura de outras formas de subsistência, o que potencializou a chegada definitiva do congo à Barra do Jucu.

Galvêas (2005) relata que a prefeitura, para minimizar os impactos sociais pela construção das barragens, concedeu emprego de gari para esta comunidade com vulnerabilidade socioambiental⁴. A comunidade sente os efeitos deste distanciamento do ambiente, pois os antigos relatam que a vida de gari era pesada, os mantinham distantes de sua cultura/comunidade o dia inteiro e com isso o congo foi deixando de ser tocado.

Nestes relatos também descobrimos que a iniciativa de tombamento do Parque Natural Municipal de Jacarenema partiu da banda de congo, e o soar dos tambores em frente a prefeitura foi a forma encontrada para requerer isso. Kleber Galvêas, artista plástico e ativista Ambiental morador da Barra do Jucu participava ativamente do resgate da banda de congo da Barra do Jucu e juntamente com o mestre Honório e com o presidente da Banda de congo seu Alcides, acompanhados de biólogos, fizeram pesquisas na área de Jacarenema e percorreram a mídia sensibilizando jornalistas numa época em que ecologia era quase sinônimo de subversão. Os congueiros defendiam o tombamento do atual PNMJ, dando entrevistas e fornecendo inúmeras informações sobre a área, tentando convencer a população sobre seu grande valor ambiental. Tal participação resultou ainda na grande divulgação da banda de congo, que na época estava bastante invisibilizada.

Nestas buscas conseguimos perceber que a natureza potencializa as práticas culturais e que existe uma relação mutualística, de dependência, entre a cultura e os ecossistemas locais. Porém, a comunidade/cultura pilar da regulação é posta às margens em detrimento do mercado, por estar aquém da relação técnico-instrumental que move o capitalismo, seus conhecimentos são transformados em matéria-prima, a prioridade é o bem estar, a acumulação de bens, mantendo a hegemonia de um modelo destrutivo de desenvolvimento, que rompe a relação *cultura natureza*.

Essa dicotomização é pautada em uma sociologia das ausências (SANTOS, 2008), fruto de uma racionalidade preguiçosa que produziu o congo como ausente, invisibilizando muitas práticas culturais socioambientais, reproduzindo um discurso hegemônico que o hostilizou e o

⁴ Uma comunidade é considerada em Vulnerabilidade socioambiental quando esta depende diretamente do ambiente.

desacreditou, gerando *infames*⁵ que perpassaram/perpassam a escolacomunidade da Barra do Jucu.

A proposta de Santos (2008) para o rompimento desta razão indolente seria a de expandir o presente e contrair o futuro. Ampliar o presente para incluir nele muito mais experiência, e contrair o futuro para prepará-lo, pois segundo ele:

Muito do que não existe em nossa realidade é produzido ativamente como não existente, e por isso a armadilha maior para nós é reduzir a realidade ao que existe. [...] compartimos essa racionalidade preguiçosa que realmente produz como ausente muita realidade que poderia estar presente.

A sociologia das ausências é um procedimento transgressivo, uma sociologia insurgente para tentar mostrar que o que não existe é produzido ativamente como não existente, como uma alternativa não crível, descartável e invisível à realidade hegemônica do mundo, diminuindo assim, a riqueza do presente.

Ainda segundo Santos (2008), um dos modos de produção dessas ausências, é a *monocultura do saber e do rigor*, que parte da ideia de que o único saber rigoroso é o científico. A encarnação/vivência deste paradigma dominante, que faz distinção entre sujeito/objeto, natureza/cultura e simplifica o mundo às leis matemáticas, limita o potencial do sujeito enquanto ser produtor de cultura e torna a natureza um mero objeto de precificação/apreciação. Estes binarismos coisificam e reduzem a natureza à exploração exaustiva.

Exemplo disto são o Legislativo e o Executivo do Município de Vila Velha que legitimam esta exploração, propositalmente não se atentam às leis e pautados neste paradigma, propõem

⁵ Trago o conceito de infames inspirado na produção de Foucault (2012) “A vida dos homens infames”, que retrata uma espécie peculiar de formação discursiva que se articula em torno dos mecanismos da disciplina, do castigo, da prisão e da repressão. Revelam, em si, como os sujeitos produzem e reproduzem discursos do poder. “ Vidas ínfimas que se tornaram cinzas nas poucas frases que as abateram...vidas singulares, tornadas, por não sei quais acasos, estranhos poemas... O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido, permanecer é o encontro com o poder: sem esse choque, nenhuma palavra, sem dúvida, estaria mais ali para lembrar seu fugidio trajeto. O poder que espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e que as marcou com suas garras, foi ele que suscitou as poucas palavras que disso nos restam... Todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderem deixar rastros-breves, incisivos, com frequência enigmáticos- a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder. De modo que é, sem dúvida, para sempre impossível recuperá-las nelas próprias, tais como podiam ser “em estado livre”; só podemos balizá-las tomadas nas declarações, nas parcialidades táticas, nas mentiras imperativas supostas nos jogos de poder e nas relações com ele.”

Projetos de Leis inconstitucionais, por exemplo, a Lei nº 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Preservação), determina que as chamadas "zonas de amortecimento" das unidades de conservação são áreas rurais e não podem ser transformadas em urbanas. Em Jacarenema, a zona é também a bacia de inundação do rio Jucu, que recebe as águas do rio na época de cheia, podendo a antropização desta, causar inundações nos bairros vizinhos ao Parque. Porém a visão empresarial utilitarista da natureza impede que os empresários pensem na comunidade do entorno do Parque que sofreriam diretamente com os impactos da urbanização desta Unidade de Conservação (UC). A natureza é precificada, e os olhares utilitaristas se voltam para ela pensando em como usá-la da melhor forma.

Como já falamos, nossa aposta é de que uma das fragilidades na proteção dos ecossistemas naturais, está na existência de diferenças das percepções de valores e dos seus atravessamentos, entre indivíduos de culturas diferentes, ou de grupos socioeconômicos que desempenham, nesses ambientes, funções sociais distintas. Diante disto, Proponho um movimento de pensar as questões ambientais pelo viés da EA pós-colonial, menos utilitarista da natureza que se inscreve nos espaçotempos dos saberes e práticas cotidianas da comunidade local, numa visão não dicotômica cultura/natureza.

OFICINAS DE CONGO COMO POTÊNCIA PARA PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

O Congo é muito presente na comunidade da Barra do Jucu e nos cotidianos da Unidade Municipal de Ensino Fundamental (UMEF) do bairro. Muitos integrantes de bandas de congo da comunidade trabalham na escola, professores, seguranças, cozinheiras e outros parceiros, além dos alunos de famílias de congueiros. Por isso, o congo sempre esteve perpassando os cotidianos deste ambiente escolar.

Além disso, acontecem nesta UMEF Oficinas de Congo (Fig 03). Estas oficinas integram um projeto em andamento na escola desde 2003 intitulado B.U.L.A.S (Barra um Lugar ao Sol), que envolve esporte, cultura e música. As oficinas são oferecidas no contraturno dos alunos e a participação é facultativa mediante autorização dos responsáveis.

A pretensão está sendo de acompanhar essas oficinas. E as perguntas disparadoras que me movem neste acompanhamento são: Como problematizar as questões socioambientais com as oficinas de congo na escola? É possível pensar a EA numa perspectiva pós-colonial nas redes cotidianas desta escola municipal com as oficinas de congo?



Fig. 03-Oficina de Congo em uma pousada da Barra do Jucu.

Compartilhamos com a ideia de Dias (1998) quando argumenta que a escola representa o ambiente ideal para desenvolver o conhecimento, valores, atitudes e atributos favoráveis ao meio, e que a Educação Ambiental é uma ferramenta fundamental para interagir neste processo.

No acompanhamento destas oficinas e em conversas com a professora/congueira que as ministra na escola, percebo a grande potência destas na construção subjetiva dos jovens. A solidariedade, a amorosidade e o respeito perpassam esses contextos de aprendizagem.

Essas oficinas envolvem atividades de reaproveitamento de lixo seco, jogos educativos sobre Jacaranema, ensaios da banda de congo mirim, palestras sobre saúde, estudo da letra do hino nacional, pesquisas sobre a história do congo e aulas de campo a pontos ambientais e históricos/culturais do balneário da Barra do Jucu, com conversas com antigos moradores conhecedores da cultura local, possibilitando a interação dos alunos com a cultura, e com os ecossistemas locais.

A Professora contou que em 2006 havia uma grande incidência de hanseníase na Grande Terra Vermelha, zona que comporta vários bairros vizinhos à Barra do Jucu, com 44 dos 121 casos diagnosticados de hanseníase no Município de Vila Velha. Esta região sofreu ocupação sem planejamento e comporta uma parcela da população que sofre grandes injustiças

ambientais⁶. A professora pensou! O que fazer? E resolveu usar o congo como um instrumento de informação e prevenção da doença. Os alunos criaram uma letra para o jongo⁷ madalena, e através de apresentações difundiram essas informações.

Hanseníase é uma doença
um micróbio é o causador
ele ataca a pele e os nervos
ele ataca a pele e os nervos
e não provoca dor

Xô hanseníase

As pessoas atingidas
Ficam com a pele manchada
Elas podem ser vermelhas
Elas podem ser vermelhas
Ou até esbranquiçadas

Xô hanseníase

Ela é transmitida
Através da respiração
Procurando logo o médico
Procurando logo o médico
Não precisa internação

Xô hanseníase

Pra tratar essa doença
Não é nada complicado
Indo ao posto de saúde

⁶ Injustiça Ambiental se dá pela falta de acesso do ser humano aos bens naturais, inclusive ao saneamento básico.

⁷ Nome atribuído às músicas cantadas nas rodas de congo.

Indo ao posto de saúde

Você será medicado

Xô hanseníase

Por isso minha gente

Da saúde vamos cuidar

Enxotando a hanseníase

Enxotando a hanseníase

Pro micróbio detonar

Música: jongo Madalena

Letra: construção coletiva dos alunos/oficinas de congo.

Apostamos no potencial destas oficinas socioambientais, que vão além da perspectiva da solução de problemas ambientais. Elas buscam uma nova perspectiva de perceber as relações sociais, políticas e culturais através da promoção de encontros entre EA e cultura local, na tentativa de contribuir para a formação de um sentimento de pertencimento pelo balneário em que a escola se localiza, pois de acordo com Tristão:

A Educação Ambiental pode resgatar as sensações valorativas para que as subjetividades individual e coletiva criem um sentimento de pertencimento à natureza, de um contato íntimo com a natureza para perceber a vida em movimento de equilíbrio/desequilíbrio, organização/desorganização, vida/morte, o belo e o bom nela contidos (TRISTÃO, 2005, p.261).

Acreditamos que, através deste comprometimento socioambiental, os alunos possam ser capazes de agir de forma responsável, e, através do contato com a natureza, desenvolver o respeito por ela e pela vida, a fim de preservarem e possibilitarem a transformação social.

As oficinas também possibilitam o contato dos alunos com moradores locais (Fig.04) integrantes da história da região. Promovendo tardes prazerosas de encontros agradáveis, de contação de histórias, com os *sujeitos praticantes* engajados com as questões culturais, ambientais e sociais, possibilitando a atuação dos alunos como agentes investigativos.



Fig.04- Contação de histórias na casa da Dª Darcy de 96 anos e congueira.

Muitas práticas sociais que emergem com as histórias estão baseadas em conhecimentos populares que são invisibilizados por não terem rigor científico, gerando inexistências através desta ignorância que contribui para a destruição de grupos sociais.

Dentro da própria escola a reprodução do eurocentrismo herdado pelos alunos⁸, desacredita e tenta invisibilizar os saberes-fazer socioambientais tecidos com o congo, nos cotidianos desta escolacomunidade.

Porém, propomos um movimento de furar estes infames, pois entendemos a cultura local como lugar de autofazimento nas/pelas relações, e essas relações como potência para as práticas de uma Educação Ambiental que se realize nos cotidianos através dos usos e saberes locais, deslocando a razão metonímica proposta por Santos (2008) que dicotomiza a relação cultura/natureza. Pois entendemos que:

A educação ambiental, na sua complexidade, configura-se como a possibilidade de religar a natureza e a cultura, a sociedade e a natureza, o sujeito e o objeto, enfim. Entretanto, baseada na relação do ser humano com o meio ambiente, da sociedade com a natureza, das sociedades entre si, encontra-se em construção e em debate (TRISTÃO, 2004, p.25).

Partindo de um colonialismo do saber, ou seja, de um não saber que valoriza as ciências em detrimento do senso comum, a Educação Ambiental pós-colonial vem de encontro à

⁸ Através de questionários aplicados pelas professoras das oficinas de Congo aos alunos da UMEF, observou-se a reprodução de infames sobre o congo, que frequentemente é rotulado como macumba.

globalização cultural, que manipula uma única cultura, potencializando alternativas para a produção de subjetividades e para trocas de saberes ambientais e culturais, baseados na solidariedade que potencializa práticas sociais sustentáveis.

OUTROS DIÁLOGOS

Nossas buscas pela relação naturezacultura, nos levaram a observação de que o ambiente sofre efeito da cultura, que é potencializada pelo ambiente, numa relação recursiva de causa/efeito. Desta forma, acreditamos que o congo promove efeitos sobre a natureza com a formação de sujeitos críticos que têm uma postura de cuidado com o meio; em contrapartida, a degradação e emergência de cuidado dos ecossistemas locais da Barra do Jucu influenciam o congo, que atua como instrumento para sua preservação, ao produzir subjetividades e identidades que possibilitem a construção de um sentimento de identificação dos alunos e alunas, por seu local de inserção.

Através desta construção, potencializaríamos mudanças de postura e reflexões para a valorização do ambiente que os cercam, possibilitando olharem para os problemas socioambientais não apenas localmente, mas de maneira global.

Pois ao considerarmos a emergência de uma Educação Ambiental pós-colonial, seremos capazes de possibilitar uma educação significativa, que vise contribuir para a formação de um sujeito ativo, construtor de seu próprio conhecimento cultural/ambiental e potencial agente de mudanças. E de forma solidária e responsável, tornaremos nossas pegadas mais sustentáveis.

9. REFERÊNCIAS

ALVES, Nilda; GARCIA, R.L (Org.). **O sentido da escola**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____. Decifrando o pergaminho: o cotidiano das escolas nas lógicas das redes cotidianas. In: OLIVEIRA, I.B. de; ALVES, N. (Org.). **Pesquisa no/do cotidiano das escolas: sobre redes de saberes**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 13-38.

ALVES, Nilda. **Sobre as razões das pesquisas nos/dos/com os cotidianos**. In: GARCIA, L. R. (Org.) **Diálogos cotidianos**. Petrópolis, RJ: DP ET Alii, Rio de Janeiro: FAPERJ, 2010.

BARROS, Paula Guedes. Congo da Barra do Jucu. Estado do espírito Santo. Folheto 4, 1983.

BERNARDES, Flávia. **Casagrande volta atrás e retira pedido para cancelar Jacarenema**. Disponível em paixaocapixaba.com.br/?p=3505. Acesso em: 11 de Junho de 2013.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DIAS, G.F. **Educação ambiental: Princípios e práticas**. 5. ed. São Paulo: Gaia, 1998. 400p.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. Eu, caçador de mim. In: GARCIA, R.L. (Org.). **Método: pesquisa com o cotidiano**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 157-175.

FOUCAULT, M. **Ditos e Escritos volume IV: Estratégias, poder-saber**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2012.

GALVÊAS, Homero Bonadiman, 1976. **A História da Barra do Jucu** “Gênese da Cultura Capixaba desenvolvimento Sócio Cultural da Grande Vitória”, Barra do Jucu, 2005.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**/Carlos Walter Porto Gonçalves, 15. Ed. – São Paulo: Contexto, 2011.(temas atuais).

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu e Silva. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HART, Paul. Narrativa, conhecimento e metodologias emergentes na pesquisa em educação ambiental: questões de qualidade. In: GALIAZZI, Maria do Carmo; FREITAS, José Vicente (Org.). **Metodologias emergentes de pesquisa em educação ambiental**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005. p. 15-62.

INSTITUTO NACIONAL DO FOLCLORE, **Atlas Folclórico do Brasil** - Espírito Santo - Rio de Janeiro, FUNARTE, 1982, p.57.

LEI Nº 9985, de 18 de julho de 2000 que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza(SNUC). Disponível em www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985. Acesso em 15 de maio de 2013.

LEI Nº 4.999/10 **que institui o código Municipal de Meio Ambiente do Município de Vila Velha**. Disponível em www.legislacaoonline.com.br/vilavelha/images/leis/html/L49992010.html. Acesso em 15 de maio de 2013.

MAULIN, Gilfredo Carrasco. Por uma Educação Ambiental Pós-Colonial. **Revista de Estudos Universitários**, Sorocaba, S.P.: Uniso, v. 38, p. 315-332, 2012.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução do francês de Eliane Lisboa. Porta Alegre: Sulina, 2005.

MORIN, Edgar. O método, vol.1. **A natureza da natureza**. Publicações Europa-América, 1991.

_____. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

REVEL, J. **Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**/Boaventura de Souza Santos; tradução Mouzar Benedito.-São Paulo: Boitempo, 2007.

SPINK, M. J. P.; MEDRAD, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: SPINK, M. J. P. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 41-62

TRISTÃO, Martha. As dimensões e os desafios da educação ambiental na sociedade do conhecimento. In. RUSCHEINSKY, A. (Org.). **Educação ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2002. p. 169-183.

_____. **A educação ambiental na formação de professores: redes de saberes**. São Paulo: Annablume; Vitória: Facitec, 2004.

_____. Saberes e fazeres da educação ambiental no cotidiano escolar. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**. Brasília: Rede Brasileira de Educação Ambiental, n. 0, nov. 2004.

_____. A educação ambiental no contexto do ensino universitário. **Cadernos do IV Fórum de Educação Ambiental / I Encontro da Rede Brasileira de Educação Ambiental**. Org. Associação Projeto Roda Viva, Instituto Ecoar para a Cidadania, Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC). Rio de Janeiro, 1997.

_____. Tecendo os fios da educação ambiental: o subjetivo e o coletivo, o pensado e o vivido. **Revista Educação e pesquisa**. São Paulo: FEUSP, v. 31, n. 2. p. 251- 264, 2005.

_____. A educação ambiental e os contextos formativos na transição de paradigmas. In. REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E

PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 30, 2007, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2007. 1 CD, GT22. Trabalho.Tristao.doc.

_____. **Uma abordagem filosófica da pesquisa em Educação Ambiental.** Vitória/ES. 2012. (em fase de publicação)

TRISTÃO, M; FASSARELLA, R. C. Contextos de aprendizagem. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antônio (Org.). **Encontros e caminhos:** formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA, Departamento de Educação Ambiental, 2007. v. 2, p. 87-96.